

16/06/2017 10:09 - Só resta, agora, a porta dos fundos ao sr. Temer



O julgamento na última semana pelo TSE ficará definitivamente para a história como uma farsa montada a serviço de Temer e seu governo.

Ali, estávamos diante não exatamente de um tribunal, mas de uma banca de advogados formada pela maioria dos ministros favoráveis ao atual ocupante do Planalto.

Temer, como Dilma, não precisaria de defensores, pois seus mais ardorosos causídicos estavam postados na bancada dos magistrados.

Gilmar Mendes, Admar Gonzaga, Napoleão Maia e Tarcisio Vieira abdicaram de sua condição de juiz para dar uma sobrevida a um governo em processo acelerado de decomposição, cuja putrefação é sentida

até mesmo pelos mais inolentes.

Herman Benjamin, seguido de Luiz Fux e Rosa Weber, deram o exemplo de dignidade e independência que se espera de alguém que julga algo tão grave como o uso ilimitado, despuorado e criminoso do dinheiro público nos caixas 1, 2, 3, etc, para oxigenar uma campanha que se configurou no maior estelionato eleitoral da história republicana.

Mendes esperava que o parecer do relator – que já sinalizava pela cassação da chapa - fosse usado contra Dilma e não Temer.

Seu cliente, à época, era outro: o PSDB de Aécio Neves, com quem sempre nutriu muitas intimidades, como se viu – e ouviu – em telefonema flagrado recentemente pelo grampo da Polícia Federal autorizado pela Justiça.

Esse era o jogo, mas faltou combinar com os russos.

A consumação do impeachment pelo Congresso Nacional, algo que ficara inevitável em razão do agravamento da crise econômica, política e ética que levou Dilma a um brutal isolamento social, frustrou o plano inicial.

Tiveram que mudar a estratégia, pois a composição do TSE, à época, não assegurava a absolvição de Temer.

Os tucanos, devidamente acolhidos no novo castelo governamental com mais ou iguais poderes que o próprio PMDB, perderam, obviamente, interesse pela ação.

Coube a Mendes, para continuar atendendo ao velho e, agora, ao novo cliente, no caso, Temer, manobrar o adiamento do julgamento por alguns meses para permitir a indicação de dois ministros em razão de vagas que se abririam. Com o voto do nebuloso Napoleão, estava assegurada a maioria necessária para salvar, pelo menos por enquanto, o condomínio PMDB-PSDB e seus satélites.

O que Mendes e seus aliados não esperavam era a consistência do relatório do ministro Herman Benjamin. O feitiço, que antes estava previsto para ser usado contra Dilma, virou-se contra o feiticeiro, cujo incômodo ficou visível – e risível - durante os quatro dias de sessão.

O que se viu foi um presidente muito ausente e, quando presente, notoriamente abalado e transtornado diante de páginas e mais páginas apinhadas de provas cabais – testemunhais e documentais – dos dutos da corrupção eleitoral que irrigaram a campanha de 2014.

Mendes e os que o acompanharam na decisão que maculou a justiça eleitoral brasileira não conseguiram apresentar um único argumento técnico, muito menos legal, minimamente razoável para contestar o relator, que o rebateu e o silenciou várias vezes com sua argumentação incontrovertida.

Entregaram um resultado favorável a Temer, mas a um custo altíssimo, pois ficou evidente ao mais simples dos mortais a desconstituição de fartas e sólidas provas para inocentar Dilma e Temer

O silêncio de Lula e da cúpula petista diante do resultado é algo que não pode passar despercebido, pois, nesse caso, não passa da repetição da atitude tipicamente oportunista para os que precisam continuar fazendo do discurso do “golpe” o seu salvo-conduto na vã tentativa de ocultar não apenas erros, mas verdadeiros crimes que foram praticados contra o patrimônio público nacional.

Resumo da ópera: para salvar Temer e seu governo, o TSE, sob o comando do sr. Mendes, teve, praticamente, que se matar. Ficou o paradigma de honradez dos ministros Herman Benjamin, Fux e Rosa Weber, como também do Ministério Público Eleitoral.

Quanto ao sr. Temer, que poderia ter saído do poder por uma decisão que afetava principalmente ex-aliados, está mais próximo, agora, de deixar o Planalto pela porta dos fundos diante do agravamento da crise e da iminente denúncia do Ministério Público Federal ao STF de outros crimes praticados na alcova do poder, cujas imagens das malas e pacotes de dinheiro sujo falam por si só!

() Jornalista e correspondente em Brasília*

Fonte: Marco Antonio Campanella - correspondente em Brasília

Notícias RO